



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
COORDENADORIA DA RECEITA ESTADUAL**

**OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES INTERESTADUAIS DESTINADAS A  
CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE – EC 87/15 e CONVÊNIO ICMS  
93/2015**

**1. APRESENTAÇÃO**

Este documento visa traçar as orientações gerais sobre alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 87/2015, Convenio ICMS nº 93/2015 e os procedimentos que deverão ser observados pelos responsáveis pelo recolhimento do imposto.

Este documento não pretende contemplar todas as orientações técnicas e legais promovidas pelas normas citadas, mas servir como instrumento facilitador no entendimento das alterações promovidas por elas, não dispensando a consulta à legislação pertinente.

**2. ORIENTAÇÕES GERAIS**

A EC 87/2015 alterou a sistemática de repartição do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação – ICMS, nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, não contribuinte do imposto, localizado em outra Unidade Federativa (UF).

Portanto, as alterações não abrangem apenas o comércio eletrônico (e-commerce).

Antes dessa Emenda Constitucional, o ICMS devido nas operações e nas prestações que destinavam bens, mercadorias e serviços a consumidor final não contribuinte era recolhido integralmente ao Estado de origem.

Agora o imposto será partilhado entre a UF de destino e origem, conforme a seguir especificado:

- A UF de origem terá direito ao imposto correspondente à alíquota interestadual;
- A UF de destino terá direito ao imposto correspondente à diferença entre a sua alíquota interna e a interestadual, sendo que até 31/12/2018<sup>i</sup> essa diferença será repartida entre a UF de origem e destino, na seguinte proporção:



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
COORDENADORIA DA RECEITA ESTADUAL**

UF de destino:

- a) no ano de 2016: 40% (quarenta por cento) do montante apurado;
- b) no ano de 2017: 60% (sessenta por cento) do montante apurado;
- c) no ano de 2018: 80% (oitenta por cento) do montante apurado;
- d) no ano de 2019 em diante: 100% (cem por cento) do montante apurado.

UF de origem:

- a) no ano de 2016: 60% (sessenta por cento) do montante apurado;
- b) no ano de 2017: 40% (quarenta por cento) do montante apurado;
- c) no ano de 2018: 20% (vinte por cento) do montante apurado.

### **3. RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO**

- O remetente.

### **4. FATO GERADOR DO DIFERENCIAL DE ALIQUOTAS**

Ocorre o fato gerador do Diferencial de Alíquotas na entrada, no território rondoniense, de mercadoria ou de bem destinados a não contribuinte do imposto, assim como nas prestações de serviços iniciadas em outra UF, cujo destinatário seja consumidor final não contribuinte.

### **5. BASE DE CÁLCULO**

De acordo com o Convênio ICMS nº 93/2015, a base de cálculo do Diferencial de Alíquotas é o valor da operação ou da prestação.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
COORDENADORIA DA RECEITA ESTADUAL**

Integra esse valor, o montante do próprio imposto, valor correspondente seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição, frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado, nos termos do §1º do artigo 13 da Lei Complementar nº 87/96.

## **6. CALCULO DO IMPOSTO DEVIDO**

O contribuinte que realizar operações e prestações de serviço abrangidas por essas normas (EC 87/2015 e Convenio ICMS 93/2015) deverá atentar para o seguinte:

- se remetente do bem:
  - a) utilizar a alíquota interna prevista na unidade federada de destino para calcular o ICMS total devido na operação;
  - b) utilizar a alíquota interestadual prevista para a operação, para o cálculo do imposto devido à unidade federada de origem;
  - c) recolher, para a unidade federada de destino, o imposto correspondente à diferença entre o imposto calculado na forma da alínea “a” e o calculado na forma da alínea “b”, observada a proporcionalidade prevista no item 2 acima.
- se prestador de serviço:
  - a) utilizar a alíquota interna prevista na unidade federada de destino para calcular o ICMS total devido na prestação;
  - b) utilizar a alíquota interestadual prevista para a prestação, para o cálculo do imposto devido à unidade federada de origem;
  - c) recolher, para a unidade federada de destino, o imposto correspondente à diferença entre o imposto calculado na forma da alínea “a” e o calculado na forma da alínea “b”, observada a proporcionalidade prevista no item 2 acima.

Ou seja, o ICMS devido a UF de origem e de destino deverá ser calculado por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

- ✓  $\text{ICMS origem} = \text{BC} \times \text{ALQ inter}$
- ✓  $\text{ICMS destino} = [\text{BC} \times \text{ALQ intra}] - \text{ICMS origem}$

Onde:

- ✓ BC = base de cálculo do imposto;
- ✓ ALQ inter = alíquota interestadual aplicável à operação ou prestação;
- ✓ ALQ intra = alíquota interna aplicável à operação ou prestação no Estado de destino.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
COORDENADORIA DA RECEITA ESTADUAL**

No caso das operações amparadas por benefícios fiscais, concedido pela UF de destino, que resulte em carga tributária total igual ou inferior à alíquota interestadual, não será devido diferencial de alíquota para UF de destino.

**Exemplo para cálculo do DIFAL-Consumidor final não contribuinte, inclusive na prestação de serviço de transporte (Estado de Origem – SP; Estado de Destino – RO):**

ICMS origem = BC x Alíquota interestadual  $100,00 \times 7\% = 7,00$

ICMS destino = [BC x Alíquota interna no destino] - ICMS origem  $[100,00 \times 17,5\%] - 7,00$

$17,50 - 7,00 = 10,50$

DIFAL sobre a prestação de serviço = 10,50

Partilha do DIFAL prestação serviço transporte = 10,50

- ✓ 40% = R\$ 4,20 - enviado para o Estado de destino;
- ✓ 60% = R\$ 6,30 - fica para o Estado de origem.

\* Alíquota aplicável a partir de 20/03/2016.

## **7. FUNDO DE COMBATE À POBREZA**

Na remessa dos produtos a seguir elencados destinados a consumidor final não contribuinte, além do Diferencial de Alíquota, **a partir de 20/03/2016**, o contribuinte remetente deverá recolher para o **Estado de Rondônia** um adicional de 2% sobre a base de cálculo do imposto, referente ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Rondônia – FECOEP/RO, instituído pela Lei Complementar Estadual nº 842/15, com base na autorização prevista no artigo 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição Federal:

- armas e munições, suas partes e acessórios;
- perfumes e cosméticos;
- embarcações de esporte e recreação;
- fogos de artifícios;
- outros serviços de comunicação;



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
COORDENADORIA DA RECEITA ESTADUAL**

- cigarros, charutos e tabacos;
- bebidas alcoólicas, exceto cerveja;
- cerveja, exceto as não alcoólicas.

Esse adicional de 2% deve ser calculado separadamente do diferencial de alíquota, mas deve ser utilizada a mesma base de cálculo.

**Para melhor ilustração segue exemplo de cálculo:**

**Operação originária do Estado de São Paulo para não contribuinte consumidor final, localizado no Estado de Rondônia, em 2016.**

Pelo valor do bem (perfumes e cosméticos) = R\$ 1.000,00

ICMS origem =  $BC \times ALQ \text{ interestadual}$   $1.000,00 \times 7\% = 70,00$

ICMS destino =  $[BC \times ALQ \text{ interna no destino}] - ICMS \text{ origem}$   $[1.000,00 \times 25\%] - 70,00$

$250,00 - 70 = 180,00$

DIFAL sobre o bem = 180,00,

Partilha do DIFAL = 180,00

40% = R\$ 72,00 enviado para o Estado de destino

60% = R\$ 108,00 fica para o Estado de origem.

FECOEP/RO = Valor do Bem =  $R\$ 1.000,00 \times 2\% = R\$ 20,00$ .

## **8. CONTRIBUINTES OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL**

O contribuinte optante pelo Simples Nacional, localizado em outra UF, que realizar operações ou prestações interestaduais, destinadas a consumidor final não contribuinte, localizado no Estado de Rondônia, deve observar as orientações acima.

Por outro lado, o contribuinte optante do Simples Nacional, localizado no Estado de Rondônia, nas mesmas condições acima, ou seja, que realizar operações ou prestações interestaduais, destinadas consumidor final não contribuinte localizado em outra UF,



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
COORDENADORIA DA RECEITA ESTADUAL**

deve recolher o Diferencial de Alíquotas para a UF de destino, observando a legislação da UF de destino, não sendo devida parcela da diferença de alíquota para o Estado de Rondônia.

**9. APURAÇÃO E MOMENTO DO RECOLHIMENTO DO DIFERENCIAL DE ALIQUOTAS E DO FECOEP/RO:**

**9.1 Contribuinte sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS/RO:**

O contribuinte localizado em outra UF que realizar as operações descritas acima e que não possua inscrição no CAD/ICMS/RO deve recolher a parcela do diferencial de alíquotas para o Estado de Rondônia a cada operação, via Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais – GNRE, por meio do código de receita 100102 – ICMS consumidor final outra UF, por operação.

A referida guia deve mencionar o número do documento fiscal (NF-e ou CT-e) e acompanhar o transito do bem ou a prestação do serviço.

O adicional de 2% referente ao FECOEP/RO, devido ao Estado de Rondônia a partir do dia 20/03/16, deverá ser recolhido via DARE avulso, acessível para preenchimento no site da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia ([www.portal.sefin.ro.gov.br](http://www.portal.sefin.ro.gov.br)), com código de receita 6306 - FECOEP - FUNDO DE COMBATE Á POBREZA - POR OPERAÇÃO.

**9.2 Contribuintes de outra UF com inscrição no CAD/ICMS/RO:**

O contribuinte localizado em outra UF, que realizar operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte, localizado no Estado de Rondônia, que possuir inscrição no CAD/ICMS/RO de substituto tributário, deverá apurar o diferencial de alíquotas mensalmente e enviar à Coordenadoria da Receita Estadual:

10. Até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, arquivo magnético, previsto no Convenio ICMS 57/95 (Sintegra), com registro fiscal, das operações e prestações interestaduais efetuadas no mês anterior.
11. Até o dia 10 (dez) do mês subsequente, a Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS – Substituição Tributária, em conformidade com o Ajuste SINIEF 06/15 e com os artigos 87-A e 87-B1 do Decreto nº 8.321/98 (RICMS/RO).



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
COORDENADORIA DA RECEITA ESTADUAL**

O contribuinte que esteja obrigado a entrega da Escrituração Fiscal Digital – EFD, instituída pelo Ajuste SINIEF 02/09, fica dispensado do envio dos arquivos acima, devendo registrar as operações e prestações destinadas a consumidor final não contribuinte no registro E300 e respectivos registros “filhos” da Escrituração Fiscal Digital – EFD.

O contribuinte optante pelo Simples Nacional, localizado em outra UF, que possuir inscrição no CAD/ICMS/RO de substituto tributário, que não esteja obrigado à EFD, em substituição aos arquivos do Sintegra e da Gia-ST, deverá informar a operação, atinente ao diferencial de alíquotas, via declaração eletrônica, por meio de aplicativo único, gratuito e acessível por link no Portal do Simples Nacional, conforme disposto na Resolução CGNS 123, de 14 de outubro de 2015.

O recolhimento do diferencial de alíquotas deverá ser realizado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente a operação ou a prestação, por meio de GNRE, com código de receita 100110 – ICMS consumidor final outra UF por apuração.

O adicional de 2% referente ao FECOEP/RO, devido ao Estado de Rondônia a partir do dia 20/03/16, deverá ser recolhido via DARE avulso, acessível para preenchimento no site da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia ([www.portal.sefin.ro.gov.br](http://www.portal.sefin.ro.gov.br)), com código de receita 6307 - FECOEP - FUNDO DE COMBATE Á POBREZA - POR APURAÇÃO.

**9.3 Contribuintes localizados no Estado de Rondônia inscritos no CAD/ICMS/RO**

O contribuinte localizado no Estado de Rondônia, inscrito no CAD/ICMS/RO, no regime de pagamento normal, que realizar operações ou prestações interestaduais, destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto, deverá apurar o valor relativo à parcela do diferencial de alíquotas devido ao Estado de Rondônia na Guia de Informação e Apuração do ICMS Mensal – GIAM, por meio do campo “Diferencial de Alíquotas Consumidor Final outra UF”, que consta no quadro “Informações Complementares”. Nesse campo deve ser informado o valor do imposto devido, sendo que o saldo será transportado para o campo “Outros débitos” para recolhimento juntamente com os demais débitos do período, quando houver.

O adicional de 2% referente ao FECOEP/RO, devido ao Estado de Rondônia a partir do dia 20/03/16, apurado durante o mês, deverá ser lançado na GIAM, em campo específico no quadro “Informações Complementares”. Assim procedendo, após o envio da GIAM, o sistema lançará na conta corrente fiscal o DARE referente a esse adicional



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
COORDENADORIA DA RECEITA ESTADUAL**

para recolhimento individualizado e apartado (código de receita 6307 – FECOEP – Fundo de Combate à Pobreza – por apuração), até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente.

O contribuinte que esteja obrigado a entrega da Escrituração Fiscal Digital – EFD, instituída pelo Ajuste SINIEF 02/09, deverá escriturar os valores relativos à parcela do diferencial de alíquotas devido ao Estado de Rondônia nos Registros E300 e respectivos registros “filhos

## **10. INSCRIÇÃO NO CAD/ICMS/RO DE SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO**

O contribuinte localizado em outra UF poderá, até 30/06/2016, requerer inscrição no CAD/ICMS/RO de substituto tributário de forma simplificada, sem necessidade de enviar documentação.

Para tanto, deverá preencher o requerimento on-line de inscrição estadual de substituto tributário, acessível pelo site: [www.rondonia.ro.gov.br/jucer](http://www.rondonia.ro.gov.br/jucer), link “Serviços”, sublink “Inscrição de Substituto Tributário”

Além disso, deverá recolher taxa de 5 UPF's (UPF/RO = R\$ 61,09 X 5 = R\$ 305,45), cuja guia de recolhimento – DARE pode ser preenchida no site [www.portal.sefin.ro.gov.br](http://www.portal.sefin.ro.gov.br), opção “DARE Avulso”, código de receita (6120 – Taxa de serviço da administração fazendária), ou por meio de GNRE, e o contabilista deverá comunicar o exercício profissional ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia (CRC secundário), via procedimento on-line, acessível no site do CRC.

O número de inscrição no CAD/ICMS/RO, reservado com base no preenchimento do requerimento on-line, será ativado pela Gerência de Arrecadação da Coordenadoria da Receita Estadual, após a confirmação dos dados cadastrais informados e do atendimento dos demais procedimentos acima mencionados.

Essa inscrição no CAD/ICMS/RO servirá também para recolher o ICMS devido por substituição tributária amparado por Convenio ou Protocolo.

O contribuinte de outra UF já inscrito no CAD/ICMS/RO, na condição de substituto tributário, não precisará requerer nova inscrição, e a inscrição já concedida servirá também para o recolhimento do diferencial de alíquota.





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
COORDENADORIA DA RECEITA ESTADUAL**

## **11. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Tratando-se de operações que destinem mercadorias e serviços a consumidores finais contribuintes localizados em outra UF, nada mudou, sendo que o Diferencial de Alíquotas continuará sendo recolhido pelo destinatário de acordo com a legislação vigente, ou seja, via lançamento na conta corrente fiscal ou por meio de informações prestadas na Guia de Informações e Apuração do ICMS-Mensal (GIAM), de acordo com o caso específico.

No que se refere aos documentos fiscais que acobertam as operações e prestações, nos termos da Nota Técnica 2015/003 (disponível no portal da NF-e), os leiautes do DANFE e do DACTE não serão alterados, mas os contribuintes emitentes desses documentos devem informar no campo “informações complementares” o valor atinente ao diferencial de alíquotas devido a UF de destino.

As disposições da EC 87/2015 não se aplicam aos produtores rurais, que possuem inscrição no CAD/RURAL/RO, e receberem mercadoria de outra UF na condição de consumidor final, uma vez que, nesse caso, o Estado de Rondônia lançará o Diferencial de Alíquotas, na conta corrente fiscal, na condição de contribuinte.

Também não se aplicam as regras da EC 87/2015 à prestação de serviço de transporte de passageiros.

## **12. DISPOSIÇÕES LEGAIS**

- EC 87/2015
- Convenio ICMS 93/2015
- Convenio ICMS 152/15
- Ajustes SINIEF 04/93, 06/15 e 10/15
- Lei Complementar nº 87/96
- Lei Complementar nº 123/06
- Lei Complementar Estadual nº 824/15
- Lei Ordinária Estadual nº 688/96
- Decreto nº 8.321/98.

---

<sup>i</sup> a partir de 01/01/2019 a diferença será devida integralmente ao estado de destino.